



## MUNICÍPIO DE ALCOUTIM

ATA N.º 05/2016

*Da reunião pública Ordinária da Câmara Municipal de Alcouthim*

*Realizada em 09 de março de 2016*

----- Aos nove dias do mês de março de dois mil e dezasseis, nesta Vila de Alcouthim, Edifício dos Paços do Concelho e Sala de Sessões, reuniram-se em reunião pública ordinária, os membros da Câmara Municipal, Excelentíssimos Senhores Osvaldo Gonçalves, José Pereira, Paulo Paulino, Dalila Barros e José Galrito, respetivamente presidente e vereadores do referido Órgão do Município, cuja ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa. -----

----- **ABERTURA DA REUNIÃO:** -----

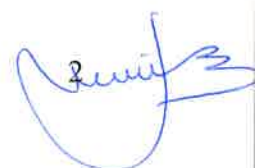
----- Verificando-se a presença da totalidade dos membros da Câmara, o Senhor presidente declarou aberta a reunião pelas onze horas, tendo a Câmara passado a ocupar-se do seguinte: -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** O presidente da Câmara Municipal iniciou a sua intervenção a informar a todo o executivo da Câmara Municipal sobre a falta de uma resposta aceitável por parte da Administração

Regional de Saúde Algarve (ARS) na colocação de médico em Alcoutim. Embora a situação esteja melhor, uma vez que já existe médico na maioria dos dias em Alcoutim, a mesma não é a pretendida visto que a colocação de dois médicos a tempo inteiro nos Centros de Saúde do Concelho de Alcoutim ainda não é uma realidade e, é por este cenário que continuará a pugnar junto da ARS.-----

----- O vereador José Galrito solicitou a palavra para agradecer às Associações (Inter-Vivos e Grupo Desportivo de Alcoutim) pela forma como se conseguiram interligar, nomeadamente pela entrega demonstrada na organização do evento "*4 horas de TT em Pereiro e Cross Country*", cumprindo assim uma intenção do executivo em interligar os polos, porém lamenta a indisponibilidade do Clube de Vaqueiros, que por objetivos logísticos não conseguiu estar presente nesta edição. Referiu ainda sobre este assunto, que os pilotos participantes fizeram uma menção honrosa à organização, visto que a mesma tem condições para treino dos futuros participantes do Dakar. Endereçou ainda mais dois agradecimentos especiais, aos senhores Orlando Romana e Vitor Teixeira pelo seu contributo impulsionador na realização deste evento. Prosseguiu no uso da palavra para informar que se realizou nos dias 4 e 5 de Março a primeira edição das Jornadas do Mundo Rural, uma organização da Câmara com parceria da Associação Cumeadas onde foi atingido ao que se tinha proposto, nomeadamente no debate sobre a caça, os pinheiros, o mel. O painel foi composto por moderadores conceituados, onde se transmitiu que se pode viver da floresta, da cabra algarvia, do mel e de todos os produtos característicos da região, informou ainda que foi "*lançado*" pelo senhor secretário de Estado a criação de um Plano estratégico, para o qual se está a tomar das necessárias diligências. Endereçou ainda, em relação a estas jornadas dois agradecimentos designadamente: à Engenheira Telma, como presidente da direção da Associação Cumeadas e à Lina Nolasco como técnica dessa Associação, pelo seu empenho com vista ao sucesso do evento. -----

----- A vereadora Dalila Barros solicitou da palavra para informar que os vereadores do PSD tinham conhecimento que o médico que exerce funções no Centro de Saúde de Martinlongo já exerceu funções de manhã nesse Centro de



Saúde e à tarde no de Alcoutim. Face a isto, questiona o senhor presidente da Câmara Municipal, porque é que não sugeria à ARS que esta situação se mantivesse. -----


----- O presidente respondeu à questão da vereadora, referindo que o que solicitou à ARS foi a colocação de um médico em Martim Longo e outro em Alcoutim não se resignando à colocação de apenas um médico para os dois centros de saúde, pelo que, apenas um médico para assegurar estes dois Centros de Saúde não seria solução. Embora a situação indicada pela vereadora Dalila Barros tenha sido utilizada pela ARS como uma alternativa temporária, não é a situação pretendida quer por parte da Câmara, quer mesmo pela Administração Regional de Saúde do Algarve visto que o médico colocado em Martim Longo servirá as populações das Freguesias de Martim Longo e Vaqueiros como está protocolado e Alcoutim terá de ser servido como estava antes da aposentação do Dr. Óscar Oliveira e o estado de baixa da Drª Conceição Cunha.-----

----- A vereadora Dalila Barros salientou que essa não é a vontade da ARS, porque se assim fosse, a situação de falta de médico em Alcoutim, não se teria arrastado até à presente data, considerando que seria uma solução o médico ficar em Martim Longo de manhã e à tarde prestar serviço em Alcoutim, reconhecendo que o médico não terá serviço para se ocupar durante todo o dia no Centro de Saúde de Martim Longo. -----

----- O presidente da Câmara demonstrou discordância pela solução apresentada pela vereadora Dalila Barros, visto que o Dr. José Tavares tem o dia todo ocupado em Martim Longo, fruto do trabalho no Centro de Saúde durante a manhã e à tarde as visitas descentralizadas ao abrigo da Unidade Móvel de Saúde resultantes do protocolo firmado entre o Município e ARS. -

----- O vereador José Pereira interveio para esclarecer o proposto pela vereadora Dalila Barros em que não seria de apenas um único médico para o Concelho como resolução definitiva, mas sim um médico em Alcoutim outro em Martim Longo e a reabertura da Extensão de Saúde de Vaqueiros. Mas como de momento não é possível, e uma vez que não existe médico em Alcoutim, e que o único médico ao serviço no Concelho se encontra em Martim Longo, o que se sugere é que “se encoste a ARS à parede” para lhe exigir que

3



esse médico preste serviço a meio tempo em cada Centro de Saúde de forma a ocupar a manhã num e à tarde noutro. Continuou no uso da palavra, para confrontar o presidente da Câmara em relação ao Protocolo assinado entre o Município de Alcoutim e a ARS, e se o mesmo já está em vigor, visto que o mesmo só começaria a ser executado quando a problemática de falta de médico em Alcoutim estivesse resolvida. -----

Por ter ouvido na última reunião de Assembleia Municipal que já tinha sido endereçado convite para a execução das obras do Edifício do Espaço de Cidadão em Martim Longo, a vereadora Dalila Barros questionou o presidente da Câmara a que empresa se referia quando o anunciou. O presidente respondeu que foram endereçados convites às Empresas Caetano Costa & Costa e à Carlos Teixeira sendo a obra adjudicada ao segundo. -----

----- A vereadora Dalila Barros questionou ainda o senhor presidente da Câmara se já teria resposta sobre o que lhe perguntara na reunião de Câmara do dia 22 de janeiro sobre a forma como seriam atribuídas as verbas, com previsão de cinquenta e quatro mil euros, protocoladas entre o Município de Alcoutim e a Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Tavira. Ao qual o presidente da Câmara respondeu que apesar de nesse mesmo dia ter questionado o presidente da Direção da referida Entidade, Dr. Manuel Martins, este ainda não teve oportunidade de emitir resposta por estar a atravessar alguns problemas de saúde, garantindo que, assim que possível, voltará a solicitar os esclarecimentos solicitados pela vereadora. -----

----- O vereador José Pereira solicitou a palavra para abordar outro tema, o Protocolo estabelecido entre o Município de Alcoutim e o Centro de Apoio Infantil de Martim Longo (CAI). Sobre este Protocolo o senhor vereador José Pereira, solicitou ao presidente da Câmara para averiguar a execução do mesmo junto dos serviços municipais porque, no seu entender, está-se perante “*uma situação caricata*”, uma vez que, se está a apoiar financeiramente uma Associação que está a travessar problemas desta natureza e, se está a criar por outro lado, com a execução do protocolo, um problema humano, visto que o protocolo prevê como contrapartida a cedência de pessoas afetas ao CAI à Autarquia, pessoas essas, com muita experiência e formação no apoio a crianças, e que, pelo que lhe contaram, essas pessoas ficaram a fazer falta ao

4



CAI e para colmatar essa lacuna tiveram que recorrer a programas ocupacionais do Instituto de Emprego para *“ir buscar pessoas dos CEI's sem formação e que muitas vezes não estão habilitadas a fazer certos serviços no tratamento de crianças”*. Continuou, para referir que no Protocolo que foi aprovado por unanimidade na Câmara, não estava estipulado que tipo de serviço seria prestado à Câmara Municipal pelas pessoas afetadas, mas *“segundo o que se diz”*, estariam ao serviço na Piscina Municipal com poucas ou nenhuma funções a realizar. Por considerar a contrapartida protocolada inaceitável, porque a Câmara apoia todas as Associações do Concelho que solicitam apoio financeiro, sem que para o efeito exista contrapartidas em termos de pessoal, porque se está a resolver um problema e ao mesmo tempo a criar outro, solicita ao presidente da Câmara que deverá corrigir esta situação. -----

----- O presidente da Câmara esclareceu o vereador José Pereira que o que esteve no gene da elaboração desse protocolo foi o excedente de pessoal afetado ao CAI devido à redução de crianças a frequentar esse Centro Infantil, podendo mesmo alguns trabalhadores serem dispensados em virtude dessa situação. Perante este cenário foi acordado entre o Executivo Municipal e a Direção do CAI, a elaboração de um Protocolo que visasse a ocupação desse excedente de horas em funções a desempenhar nas Piscinas Municipais. Terminou considerando desleal e incorreto transmitirem-lhe uma coisa e ao vereador José Pereira outra. -----

O vereador José Pereira retorquiu que, o que está em causa não é a informação contraditória prestada, mas sim o facto de, não fazer sentido, o CAI ter que recorrer a programas ocupacionais para contratar pessoas sem experiência para colmatar a cedência do pessoal que irá desempenhar funções na Piscina Municipal, conforme exigido. -----

----- O presidente da Câmara, adjuvado pelo vereador Paulo Paulino, salientou que nunca houve qualquer exigência por parte da Câmara Municipal de que trabalhador teria que exercer tais funções na Piscina Municipal, apenas existe um horário definido, das quinze às dezanove horas, e que se tratava apenas de uma pessoa e, caso fosse intenção do CAI, poderia ser em sistema de rotatividade. -----

5


-----O vereador José Pereira voltou a manifestar incompreensão por se exigir a deslocação de uma pessoa do CAI para a Piscina Municipal para não fazer nada, solicitando mais uma vez que se averigue junto dos serviços essa situação. -----

-----Em relação ao não fazer nada, o vereador Paulo Paulino informou que já decorreram duas reuniões com a Direção do Centro de Animação Infantil de Martim Longo. Na primeira, foi-lhes informado que iria decorrer um período de formação inicial para as três pessoas indicadas pelo CAI, formação essa que consistia na observação do funcionamento das Piscinas. Na segunda, onde estiveram presentes por parte da Câmara Municipal, o vereador Paulo Paulino, o Chefe de Divisão José Pires e o Coordenador do Desporto Luís Conceição, por parte do CAI Diácono Albino e a presidente da Direção Carla Silvestre onde ficou tudo perfeitamente definido e que a situação era aceitável e que seria para continuar. Terminou manifestando incompreensão perante esta abordagem, visto que o protocolo foi previamente acordado com o CAI, indo este ao encontro das suas necessidades e que o mesmo aquando da sua discussão e aprovação em reunião de Câmara Municipal, os vereadores do PSD também votaram favoravelmente. -----

-----O vereador José Pereira interveio mais uma vez sobre este assunto para referir que foi detetado um erro e que a sua intervenção vai ao encontro de que o mesmo seja suprimido, pelo que apresentou sugestão de se solicitar ao CAI que em vez de elencar uma pessoa com experiência ao protocolo estabelecido, se elencasse uma pessoa de um programa ocupacional. -----  
O presidente arrematou este assunto, transmitindo que o mesmo se encontrava já registado. -----

-----O vereador José Pereira, solicitou a palavra para proferir o seguinte discurso *“Caro presidente, na sequência do nosso protesto apresentado em Reunião de Câmara sobre a aquisição da casa do Sr. Francisco Xavier que deu origem a um comunicado do Partido Social Democrata e à consequente resposta do senhor presidente, cumpre-nos afirmar: Primeiro – o senhor presidente afirma nas suas justificações que o PSD mente, que lhe faz um ataque sórdido e imoral, logo também os vereadores mentiram. Começa a ser recorrente o senhor presidente acusar os vereadores do PSD de mentirosos*






*para se desculpar dos seus atos; começa a ser recorrente o senhor presidente errar com os números e assumir-se como um expert em Matemática, relembro o célebre episódio da maioria dos dois terços. Senhor presidente, o Senhor presidente afirma que o último prédio adquirido pelo anterior executivo da câmara municipal teve um custo aproximado de noventa euros o metro quadrado, mais uma vez o senhor presidente errou com os números, o último prédio adquirido pelo anterior executivo teve um custo aproximado de um euro o metro quadrado e não noventa euros o metro quadrado, senão vejamos: O prédio em causa tem aproximadamente nove hectares, logo 90 metros quadrados segundo as nossas contas. Se teve um custo de cem mil euros logo custou aos cofres da Câmara um euro e onze céntimos o metro quadrado. Caro presidente, o senhor já nos habituou a lapsos, este deve ser mais um resta-lhe um pedido de desculpas aos vereadores e ao PSD Alcoutim” -----*

-----O presidente em resposta ao discurso apresentado, considerou “curioso” o pedido de desculpas solicitado, referindo que esperaria que o pedido de desculpas fosse proferido pelo vereador e não ao contrário. Para o efeito apresentou, apresentou as seguintes contas: o terreno em causa tem oito hectares e oitocentos e vinte metros quadrados, estando mais próximo dos oito do que os nove hectares referidos no discurso proferido pelo vereador José Pereira. Após alguma discussão sobre a área do terreno em causa, chegou-se ao consenso que se a dimensão do terreno estaria mais próxima dos oito do que os nove hectares. Continuou na apresentação das contas, simulando que se o terreno tivesse um custo de aproximadamente um euro o metro quadrado o valor seria aproximadamente oitenta mil euros e não cento e sete mil euros, valor pelo qual foi efetivamente adquirido. Acrescentou ainda que uma vez que o terreno é composto por quatro prédios, deste valor, quarenta e dois mil euros foram para adquirir a parte urbana do terreno perfazendo noventa euros o metro quadrado. Concluindo que “se o PSD não teve o cuidado ou não quis ser claro na informação aquilo que eu pretendi foi clarificar” -----

-----O vereador José Pereira não concordando com a forma de cálculo apresentada pelo presidente, mas tomando-os para o efeito considerou que “os seus quarenta e dois euros o metro quadrado para quatrocentos e trinta e sete

 euros o metro quadrado vai muito, mas será um assunto discutido em outras instâncias” -----

-----O Vereador Paulo Paulino em resposta ao vereador José Pereira considerou que não se pode comparar a localização de um prédio localizado no Cercado das Eiras com um localizado em frente ao rio, que é num dos melhores sítios da Vila de Alcoutim.-----

-----O vereador José Galrito sobre este tema, referiu que a aquisição de prédios resulta das ideias e estratégia de cada executivo aquando da sua passagem pela Câmara Municipal e são sempre no intuito do desenvolvimento de Alcoutim. Assim foi aquando da aquisição da herdade das Eiras que visava a ampliação da praia fluvial, a criação de um parque de campismo, uma ampliação urbanista, em que o presente executivo deu seguimento a esse projeto, assim é com a aquisição do imóvel agora adquirido, como sitio de excelência e com potencial para aí ser implementado uma biblioteca, e zona de lazer visto que a Casa dos Condes se encontra superlotada. Desvalorizou ainda o fato de o imóvel pertencer ao Sr. Francisco Xavier e que o valor da aquisição foi inferior ao preço inicialmente solicitado pelo antigo proprietário do imóvel. -----

-----O vereador José Pereira no seguimento da intervenção do vereador José Galrito, e referindo-se à estratégia de cada executivo, manifestou incómodo e confusão, considerando caricato a estratégia seguida pelo atual executivo permanente, em que na mesma altura em que adquiria este imóvel, contraia-se um empréstimo no valor de cento e cinquenta e sete mil euros para finalizar os arranjos paisagísticos do Lar de Martim Longo o que levou ao atraso na sua abertura com consequências financeiras para a Associação que vai gerir esse Lar em termos de apoios da Segurança Social. Finalizou referindo que “*essa é a vossa forma de gestão, não a nossa*” -----

-----O presidente da Câmara arrematou este assunto, e no seguimento da forma de gestão referida pelo vereador José Pereira, invocou talvez descuido ou incauto por parte do anterior executivo permanente na aquisição do terreno discutido, visto que o mesmo se encontra ocupado e que eventualmente os ocupantes terão direitos adquiridos sobre o mesmo, pelo que a resolução do





mesmo só os Tribunais o poderão resolver, comprometendo assim a viabilidade de qualquer projeto a implantar no mesmo.-----

----- Ainda sobre a divergência da forma de gestão entre executivos na aquisição de imóveis, o vereador Paulo Paulino, informou que para a Câmara Municipal celebrou um contrato promessa de compra e venda em 2002 para adquirir o edifício dos Antigos CTT em Alcoutim, e que após terem conhecimento desta situação em maio último o assunto foi resolvido em dois meses e a escritura foi realizada no final do ano de 2015. Os vereadores da Bancada do PSD, sobre este assunto responderam que a demora na resolução da aquisição deste edifício prendeu-se pelo facto de uma pequena percentagem do prédio pertencer a outras pessoas. -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

----- **INFORMAÇÕES DIVERSAS - FINANÇAS MUNICIPAIS:** - Foi presente o resumo diário modelo T-dois da Tesouraria (n.º46) respeitante ao dia 08 de março, que apresentava os seguintes resultados: -----

----- Total de Movimentos de Tesouraria - € 1.260.324,06€; -----


----- Operações Orçamentais - € 947.899,31; -----

----- Operações Não Orçamentais - € 305.012,60 -----

----- **APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:** O Senhor presidente pôs à discussão a Ata n.º 04/2016, da reunião pública ordinária, realizada no dia 24 de fevereiro de 2016, cujo texto foi previamente distribuído pelos membros presentes. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por maioria unanímica, aprovar a referida Ata. -----

----- **INVENTARIAÇÃO E CADASTRO DE BENS IMÓVEIS:** Foi presente uma proposta do Presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal, de acordo com o artigos 35º e alínea i) do nº 1 do Artigo 33º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro que os bens constantes no anexo

 sejam inventariados no Património Municipal e que os bens denominados por “*Outdoors*” sejam identificados com placa, conforme indicação da Comissão de Avaliação do Património Municipal, assim como aprovar o modelo de placa identificativa. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO PARA ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR – Ano letivo 2015/2016:** Foi presente uma proposta do presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar a a provação da lista definitiva da atribuição das bolsas de estudo ao ensino superior, para o ano letivo 2015/2016. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE ALCOUTIM E A SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALCOUTIM – EMISSÕES TELEVISIVAS:** Foi presente uma proposta do presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar ao abrigo DA ALÍNEA O) DO N.º 1 DO Artigo 33.º do Anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro, aprovar o Protocolo de Colaboração em anexo à proposta, com o encargo de 5.100,00€ (cinco mil e cem euros). -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE ALCOUTIM E A ASSOCIAÇÃO DE GUITARRAS DO ALGARVE:** Foi presente uma proposta do vice-presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal de acordo com a LCPA conjugado com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro,

aprovar o protocolo em epígrafe, bem com base na mesma disposição legal atribuir à Associação de Solidariedade Social, Cultural, Desporto e Arte dos Balurcos, uma comparticipação financeira no valor de € 14.177,00 (catorze mil cento e setenta e sete euros), conforme e nos termos da cláusula segunda do referido protocolo. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **APOIO FINANCEIRO A FAMÍLIAS PARA TRATAMENTOS TERMAIS:** Foi presente uma proposta do presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar de acordo com a LCPA conjugado com o disposto na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à da Lei 75/2013, de 12 de setembro, a atribuição de uma comparticipação financeira aos utentes dos tratamentos termais constantes no Anexo A pelo valor indicado, totalizando um valor de 7.647,50€ (sete mil seiscentos e quarenta e sete euros e cinquenta cêntimos). -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** Não se realizaram intervenções. -----

----- **MINUTA DA ATA:** Nos termos e para os efeitos do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, bem como o disposto no nº 4 do artigo 20º do Regimento da Câmara Municipal de Alcútem, foram deliberadas na Reunião de Câmara de 09 de março de 2016, as propostas acima referidas, e para que as mesmas adquiram eficácia, conforme previsto no nº 4 do artigo supra citado, foi lida a minuta da Ata, tendo sido aprovada por unanimidade -----

----- **ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:** - E nada mais havendo a tratar, pelo Excelentíssimo Senhor presidente foi encerrada a reunião, pelas doze horas dez minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo senhor presidente e por mim, José Domingos Teixeira Pires,

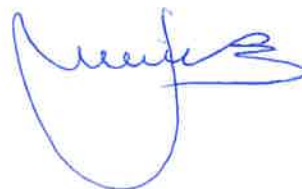
  
11

Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, Cultura e Desporto, em regime de substituição, da Câmara Municipal de Alcoutim que a redigi, e mandei lavrar. -- -----

O presidente

A handwritten signature in blue ink, consisting of a large, stylized 'P' followed by several loops and a final vertical stroke.

O secretário

A handwritten signature in blue ink, featuring a large, sweeping 'U' shape followed by a horizontal line and a small flourish.